

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

A preservação de Bens Culturais Sacros: os Museus de Arte Sacra e suas especificidades

JOÃO PAULO BERTO*

INTRODUÇÃO¹

O debate que envolve a preservação dos bens de natureza sacra tem chamado cada vez mais a atenção de pesquisadores, da comunidade acadêmica e dos próprios detentores destes acervos, em especial a partir do início do século XX. No Brasil, contudo, apesar de algumas iniciativas, na prática, pouco tem sido feito em prol destes conjuntos e não há qualquer normativa abrangente por parte da Igreja que proponha práticas de salvaguarda de seu patrimônio. De fato, observa-se que uma pequena parcela das igrejas e capelas mantem registros atualizados e documentam seus bens, mesmo sendo reconhecido que as instituições eclesiais são detentoras de um patrimônio muitas vezes inédito, não explorado devido ao desconhecimento dos pesquisadores e, na maior parte das vezes, dos próprios administradores e responsáveis (BERTO, 2012). Ao abordar os bens religiosos é necessário levar em conta que ao lado das igrejas paroquiais, as pequenas capelas de irmandades leigas, santuários, mosteiros e abadias, por exemplo, são testemunhos vivos da capacidade da população civil de se organizar para honrar um santo de devoção por meio de técnicas, aparatos simbólicos e produções culturais. O que se percebe, desta forma, é que os objetos de devoção transcendem sua finalidade primeira: participam da vida da comunidade afetando a todos, inclusive os fiéis de outras religiões.

Procura-se salientar, portanto, a importância de práticas como o inventário para a valorização dos acervos, entendendo-o como uma etapa metodológica indispensável, cujos resultados orientam as principais diretrizes de controle de dispersões de conjuntos e promoção de rotinas de preservação (metas e procedimentos). Contudo, para o sucesso deste tipo de empreitada é imprescindível que os pesquisadores reconheçam a dimensão e a especificidade ocupada pelos bens sacros, sejam eles bens arquitetônicos, esculturas, pinturas ou objetos de culto. Neste ponto, destaca-se a importância assumida pelos Museus de Arte Sacra, especialmente aqueles geridos pela própria instituição eclesial. Porém, é imprescindível levar em conta as

* Unicamp, doutorando em História da Arte.

¹ Este texto é parte das pesquisas sobre a temática dos Museus de Arte Sacra geridos por instituições eclesiais desenvolvidas junto ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Tognon.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

especificidades destas instituições e quais seus objetivos frente à apresentação destes acervos que transitam entre a dimensão histórica, tecnológica e social, por um lado, e cultural e ritualística de outro.

A IGREJA E SEU PATRIMÔNIO

É inegável que nos países predominante de matriz católica o patrimônio eclesiástico constitui uma parcela mais que significativa dos bens nacionais, seja pela quantidade, qualidade e extensão tipológica. Levando isso em conta e como forma de propor políticas de salvaguarda e orientar a missão da Igreja Católica frente a esses conjuntos espalhados pelos cinco continentes, foi instalada, durante o papado de João Paulo II (1978-2005), a Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, em 1993, por meio do Motu Próprio *Inde a Pontificatus Nostri initio*, culminando um longo histórico de ações pontuais por parte da instituição. Contudo, de forma oficializada por meio de uma estrutura, a preocupação em relação ao seu patrimônio, em geral, já vinha desde o ano de 1988, quando o mesmo papa desejou a criação de uma comissão para a conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja, criada por meio da Constituição Apostólica *Pastor Bonus* (art. 99/104).

A mudança na concepção e no nome do organismo, ocorrida em 1993, era reflexo direto de uma discussão ampla no campo das questões patrimoniais: o conceito de Histórico e Artístico em contraponto ao de Patrimônio Cultural, noção já incorporada no Código de Direito Canônico de 1983 (can. 1283, n. 2). O “histórico” referia-se a uma ideia de história centrada em fatos singulares capazes de revelar a evolução das ações humanas e o “artístico” concebido a partir de critérios que preconizavam a beleza plástica das formas artísticas. De outro modo, as categorias preservadas remeteriam, seja em história ou em arte, a uma ideia semelhante de acabamento e conclusão. A grande mudança nos debates, e que influenciou as posições adotadas pelo Vaticano, referia-se à inserção de uma noção de patrimônio mais ampla e que abarcasse bens culturais de outras naturezas, incorporando questões de valor cultural e suas dimensões simbólicas (produção e reprodução das culturas).

Para a Pontifícia Comissão, os bens culturais eclesiásticos se configuravam como elementos que deveriam ser conservados materialmente, tutelados sob o ponto de vista jurídico e valorizados pastoralmente no âmbito da cada comunidade, a fim de que se pudesse cultivar a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

memória do passado e continuar a expressar, no presente, o que estava orientado para a missão da Igreja. Esta ideologia se baseava em “uma lição de história”, desenvolvida por meio da contemplação da arte e fortalecida por meio de um pensamento profético. Segundo ela, a Igreja, “mestra de vida”, não poderia deixar de assumir também o ministério de ajudar o homem, na contemporaneidade, a reencontrar o aspecto religioso diante do fascínio causado por uma ideia de verdadeira beleza. Essa tarefa exigiria um assíduo trabalho de orientação, de encorajamento e de intercâmbio cultural, como preconizava o Papa João Paulo II em seus escritos.

Assim, apesar das mudanças de nome, a Comissão Pontifícia consolidou-se como um organismo independente com seu próprio presidente, mantendo as competências de presidir a tutela do patrimônio cultural de toda a Igreja (obras de arte, documentos históricos e aqueles que se conservam nos museus, bibliotecas e arquivos); colaborar na conservação deste patrimônio com as Igrejas particulares e os respectivos organismos episcopais; e promover uma sensibilização cada vez maior do clero e das comunidades sobre estes bens, apoiadas pelas Congregações para a Educação Católica e para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos.

O intento desta comissão, como visto, não era criar pontos novos ou concepções diferenciadas com relação aos bens culturais, e sim chamar a atenção da Igreja, na figura de seus dirigentes, para um problema que por muito tempo havia passado despercebido: a salvaguarda de seu próprio patrimônio. Na época com quase dois mil anos de história, a Igreja Católica, como uma das organizações religiosas mais importantes do mundo, detinha um conjunto de bens imóveis, móveis, integrados e documentais de valor inigualável, custodiado em igrejas paroquiais, mosteiros, basílicas, abadias e capelas. A atuação da Pontifícia Comissão dava-se por meio de documentos que tratavam de variados temas relativos aos bens sacros, porém sempre de forma aberta e genérica, os quais deveriam ser lidos e adaptados às necessidades das comunidades locais.

Entre as publicações da década de 1990, vale-se ressaltar a datada de 15 de outubro de 1992 e direcionada aos bispos diocesanos, intitulada *La formazione dei futuri presbiteri all'attenzione verso i beni culturali della chiesa*, assinada pelo então secretário da Cúria romana Francesco

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

Marchisano² (1929-2014). No documento, afirmava-se que o primeiro procedimento para a preservação do patrimônio eclesiástico seria sensibilizar o clero para esta questão, vista como “un problema di rilievo per la vita della chiesa” (SANTA SÉ, 1992). O clero (diocesano, dos institutos de vida consagrada e das sociedades de vida apostólica) era tido como protagonista neste trabalho, extensivo também aos religiosos e aos fiéis.

Na formação dos presbíteros seriam indispensáveis conhecimentos que os versassem para tratar não somente da arte sacra (arquitetura, pintura, escultura, mosaico, música), mas também dos arquivos, bibliotecas e museus eclesiásticos. É presente no texto que não bastam cursos e especializações se o clero não estiver sensibilizado pelo assunto, promovendo iniciativas plenas em suas comunidades. Como afirma o documento,

Non si tratta certo di preparare degli specialisti in materia di gestione dei beni culturali. Ciò che si vuole raggiungere è, più semplicemente, che i pastori d'anime acquisiscano quella sensibilità e quella competenza che permettano loro di valutare attentamente la portata dei valori in giuoco, potendosi così avvalere, all'occorrenza, in modo corretto e senza eccessive deleghe, della collaborazione degli esperti. I presbiteri poi devono esser messi in grado di educare a tali valori le comunità loro affidate, di saper collaborare in modo corretto e non strumentale con le associazioni, le amministrazioni e gli enti pubblici e privati preposti alla tutela e alla promozione dell'arte e delle varie forme di cultura. (SANTA SÉ, 1992)

Outro aspecto essencial no trabalho de salvaguarda, seria a documentação pormenorizada dos acervos da Igreja, dispersos nos mais diferentes locais, mantendo um inventário atualizado das peças, pois, “al di là di qualsiasi opera di sensibilizzazione e di “attenzione” al patrimonio culturale, risulta necessario disporre di uno strumento che lasci traccia indelebile dei singoli beni esistenti” (ITÁLIA, 2013: 18). Tal ideia é retomada em vários documentos, tais como *Necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos Bens Culturais da Igreja* de 1999 e *Orientações práticas para inventariação de bens culturais em institutos religiosos*, do ano de 2006. Sinalizando o valor dos bens culturais eclesiásticos na missão contemporânea da Igreja, segundo a comissão,

Se le biblioteche possono essere considerate i luoghi della riflessione e gli archivi i luoghi della memoria, il patrimonio storico-artistico della Chiesa è la testimonianza concreta della creatività artigianale e artistica espressa dalle comunità cristiane per dare splendore di bellezza ai luoghi del culto, della pietà, della vita religiosa, dello studio e della memoria. Si può affermare, quindi, che monumenti e oggetti, di ogni genere e stile, accompagnano le vicende storiche della Chiesa. Essi, nelle loro

² Na época, o bispo Marchisano ocupava o cargo de presidente da Comissão Pontifícia da Sagrada Arqueologia e, em 4 de março de 1993, tornou-se presidente da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, posição que ocupou até o ano de 2003.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

interrelazioni, sono strumenti idonei a promuovere l'evangelizzazione dell'uomo contemporaneo. (SANTA SÉ, 1999)

Vale ressaltar que, antes das balizas propostas pela Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja, a Santa Sé já havia realizado iniciativas pontuais ao longo do tempo acerca da salvaguarda de seu patrimônio, podendo-se apontar, por exemplo, aquelas tomadas nos papados de Martinho V (1369-1431) e Sisto IV (1414-1484); pelo papa Leão X (1478-1521), quando nomeia Raffaello Sanzio (1483-1520) para ocupar o cargo de 'Prefeito das Antiguidades de Roma', responsável por inventariar todas as obras da antiguidade romana; ou mesmo pelo papa Paulo III (1468-1549), em 1534, em torno da criação de um cargo de comissário para a conservação dos bens culturais Antigos, dado a Latino Giovenale Manneto (PEREIRA, 2013: vol. II, 19). Ao longo dos séculos XIX e XX ocorreram outras atividades em torno da preservação dos bens de natureza sacra, porém sempre se valorizando o inventário como uma tarefa primordial, conforme previsto no cânon 1522 do Código de Direito Canônico de 1917, reafirmado na versão de 1983³.

Na década de 1990, com uma comissão específica para estruturar iniciativas em prol da salvaguarda dos acervos da Igreja Católica, o tema da prática continuada do inventário e da catalogação dos acervos foi novamente valorizado. Em ambos os textos anteriormente citados, em especial o de 1999 (*Necessidade e urgência da inventariação e catalogação dos Bens Culturais da Igreja*), procurava-se sugerir rotinas metodológicas a serem seguidas e chamar a atenção para a urgência destas iniciativas. Partes de um mesmo processo, inventário e catalogação são apreendidos como ações diferentes, respectivamente uma abordagem geral e outra específica dos objetos. Ressalta-se que eram entendidos apenas os

bene culturale di interesse religioso in quanto manufatto, cioè in quanto opera prodotta dall'uomo, visibile, misurabile, deperibile. Tale opera è dotata di un'apprezzabile dimensione di rappresentatività religiosa, così che assume il valore di bene culturale ecclesiale (SANTA SÉ, 1999)

Nas diretrizes, o trabalho do inventário foi entendido como um processo dividido em três fases: a primeira, chamada de fase heurística ou da individualização dos bens, que se concluía com a redação do inventário geral; a segunda, a fase analítica, em que se realizava uma ficha

³ O atual Código de Direito Canônico, promulgado em 1983, dita em seu cânon 1283, parágrafo 2º, que é dever de todos os administradores "redigir um inventário exato e particularizado, assinado por eles, das coisas imóveis, móveis, preciosas ou de certo valor cultural, e das outras, com respectiva descrição e avaliação; o inventário já redigido seja revisto" (SANTA SÉ, 1983).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

descritiva do bem, em suas várias articulações; e a última, a fase da síntese ou ordenação das fichas, finalizada com a formatação do catálogo propriamente dito (SANTA SÉ, 1999). Com critérios metodológicos específicos, diversos elementos também deveriam estar incluídos nesta tarefa, como informações de segurança e para uso turístico e didático, sempre objetivando “la conoscenza, la salvaguardia e la valorizzazione del patrimonio storico-artistico secondo criteri culturali ed ecclesiali” (SANTA SÉ, 1999).

Duas características essenciais levantadas são o valor eclesial que estes bens culturais carregam e o papel dos gestores, entendidos como guardiães e não como proprietários. Acima de tudo, o patrimônio da Igreja é visto como destinado para a comunidade de fiéis, o que faz com que, em cada atividade que vise a preservação, seja levado em conta, além do valor cultural, os de culto, catequético e caritativo. “Il primato, nella *mens* della Chiesa, va infatti al contenuto, dal momento che i beni sono in funzione della missione pastorale e come tali devono apparire nei riscontri inventariali e catalografici” (SANTA SÉ, 1999). Isto é, os trabalhos de proteção do bem eclesiástico devem promover e defender, acima de tudo, sua função e uso religiosos, além de seus aspectos históricos, artísticos e de manufatura. Seria este conhecimento duplo que permitiria entender as particularidades de cada item e, assim, gerenciar as sucessivas intervenções que deveriam ser realizadas por pessoas especializadas. Assim,

Con un'efficiente impostazione dei propri inventari-cataloghi la Chiesa entra nella cultura della “globalizzazione”, dando un significato ecclesiale alle informazioni documentarie di sua pertinenza e dimostrando la propria universalità attraverso il riscontro accessibile dell'ingente patrimonio che ha creato e continua a creare in tutti i luoghi dove è presente con la sua opera di evangelizzazione (SANTA SÉ, 1999).

No que se refere ao campo brasileiro, no ano de 2010, o governo federal publicou um decreto (n. 7.107, de 11 de fevereiro) em que ratificava o “Acordo relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil”, firmado na cidade do Vaticano dois anos antes. Apoiado na ideia da cooperação mútua entre os dois países, o Acordo assim se refere aos bens culturais eclesiásticos dispersos pelo território do Brasil:

As Altas Partes [República Federativa do Brasil e Santa Sé] reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiásticas, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.

§ 1º. A República Federativa do Brasil, em atenção ao princípio da cooperação, reconhece que a finalidade própria dos bens eclesiásticos mencionados no caput deste artigo deve ser salvaguardada pelo ordenamento jurídico brasileiro, sem prejuízo de outras finalidades que possam surgir da sua natureza cultural.

§ 2º. A Igreja Católica, ciente do valor do seu patrimônio cultural, compromete-se a facilitar o acesso a ele para todos os que o queiram conhecer e estudar, salvaguardadas as suas finalidades religiosas e as exigências de sua proteção e da tutela dos arquivos. (BRASIL, 2010)

Apesar da longevidade e certa estabilidade da instituição católica no Brasil, unida à constatação dos importantes conjuntos de bens que ela custodia, não há normativas que apontem diretrizes técnicas a serem seguidas, nem mesmo modelos que pudessem padronizar estruturas de gestão, registro e salvaguarda. Observa-se que durante o século XX ocorreram ações pontuais e reflexões sobre os bens eclesiásticos em algumas regiões episcopais, a exemplo da *Carta Pastoral do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico*, assinada por 14 bispos e editada em 1926.

Nela, os episcopos mineiros chamavam a atenção de padres, reitores de igrejas, provedores de confrarias, irmandades e outras associações leigas para zelarem pelos bens que são capazes de guardar a memória da Igreja e das comunidades, destacando o valor da documentação dos conjuntos. Mais do que isso, reafirmando o que havia sido prescrito pelo Concílio Plenário da América Latina em 1915, a Carta Pastoral colocava a centralidade das decisões sobre qualquer intervenção nos templos e acervos nas mãos dos bispos, a fim de prover maior segurança nas decisões e ações sobre o patrimônio sacro. Sobre inventário, afirmam ser ele um instrumento chave “para atalharmos, quanto de nós depende, desvios de bens, objectos, títulos, documentos, pertencentes a uma parochia”, de forma que “lembramos a obrigação do inventario completo e minucioso, e de sua copia na Curia diocesana” (CARTA PASTORAL, 1926).

Na segunda metade do século XX, contudo, o tema da arte sacra e sua preservação apareceu em alguns documentos promulgados pela Igreja no Brasil, em especial após o Concílio Vaticano II, quando a liturgia e, por consequência, o espaço de culto, passaram a ser substancialmente alterados. Este período iniciado na década de 1960 foi devastador para o campo do patrimônio sacro brasileiro. Mesmo com uma série de indicações pontuais

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

contrárias, antigas igrejas e seus conjuntos de retábulos e imaginária, muitos derivados dos séculos XVIII e XIX, foram destruídos e, em grande parte, dispersos.

Tais discussões levaram a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a publicar, em 1971, o Documento-base sobre a Arte Sacra (Comunicado Mensal nº 227). Neste texto, a entidade máxima da Igreja no Brasil apresentou elementos acerca da preservação, conservação e restauração dos bens históricos e artísticos, incidindo sobre a arquitetura, a pintura, a escultura, o mobiliário e as artes decorativas, além dos acervos das bibliotecas e dos arquivos eclesiásticos. Entre os procedimentos acerca da salvaguarda dos bens estava, mais uma vez, o inventário, embasado em informações fidedignas, o que levou a Comissão Nacional de Liturgia a empreender o projeto intitulado *Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico* para o plano bienal de 1971 e 1972.

Atualmente, vê-se no Brasil alguns planos de registro dos bens culturais eclesiásticos, porém poucos encabeçados pela própria Igreja e baseados em metodologias extremamente variadas. Entre estas iniciativas, podem-se destacar ações na região Nordeste e em estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Embora haja uma Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia, a CNBB não possui um setor específico para tratar questões acerca dos bens culturais. Os documentos publicados abordam os acervos de modo sumário, retendo-se às diretrizes dadas pela *Instrução Geral sobre o Missal Romano*, texto base para melhor compreender a estrutura e elementos do culto católico, em especial da missa, encontrado no início do Missal católico reformado pelo Vaticano II.

OS MUSEUS DE ARTE SACRA E SUAS ESPECIFICIDADES

Como forma de gerenciamento dos bens culturais, grande valor é dado pela Pontifícia Comissão aos Museus Eclesiásticos (SANTA SÉ, 2001), devendo ser reformulados e ampliados segundo uma verdadeira concepção museológica a fim de se valorizar a memória pública e religiosa do povo e seu patrimônio sacro. Sua função abarcaria a própria preservação criteriosa do acervo das comunidades, impedindo a dispersão, e, também, a possibilidade evangelizadora e pastoral destes locais (unindo fundamentos eclesiológicos, a partir de uma perspectiva teológica e uma dimensão espiritual):

Consequentemente, não se pode compreender [o museu eclesiástico] em sentido "absoluto", isto é, separado do conjunto das actividades pastorais, mas sim

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

enquadrado e em relação com a totalidade da vida eclesial e com referência ao património histórico-artístico de cada nação e cultura. O museu eclesiástico deve estar necessariamente inserido nas actividades pastorais, com o intuito de expressar a vida eclesial através de uma aproximação global ao património histórico-artístico. (SANTA SÉ, 2001)

Desta forma, os Museus da Igreja, sobretudo os amparados pelas dioceses, correspondem a espaços privilegiados na salvaguarda do que restou deste patrimônio, no intento de preservar sua própria marca na história. Porém, estes devem ser instituições dinâmicas e não meros espaços de contemplação, mantendo uma estreita relação com as comunidades, por meio de ações culturais e de ensino-aprendizagem, concursos e mostras diversificadas.

Mais uma vez, a Igreja procura entretecer um discurso que una a proposta metodológica da salvaguarda dos bens à sua dimensão cultural. Neste caso, os estudos e a própria exposição do bem devem ser articulados com a importância e uso assumido pelo bem na comunidade de fiéis onde está inserido. Assim, seria possível falar que a “fruição dos bens culturais da Igreja se dá primária e fundamentalmente no contexto cultural cristão” (SANTA SÉ, 2001). Isto dificilmente poderia acontecer em outros espaços que não destacam em suas cadeias curatoriais o uso de culto dos bens, vistos apenas como objetos de mera fruição estética ou, até mesmo, exótica. Os museus, ao recolherem peças que não são usadas habitualmente para garantir a sua salvaguarda, agora sob o ponto de vista cultural, tornam-se espelho da realidade das Igrejas particulares e, dentro destas, das comunidades que os animam, não sendo, portanto, instituições estanques. São, pelo contrário, lugares “de conhecimento, prazer, catequese e espiritualidade” (SANTA SÉ, 2001).

Configurados como “lugares eclesiais”, entre as variadas tipologias de museus eclesiásticos, podem-se apontar, entre os antigos, os chamados “Tesouros”, Museus das Catedrais e Museus da Obra da Catedral, além das “coleções”, muitas das quais organizadas por cidadãos, entidades eclesiásticas e civis e outras instituições, e que passaram a ser de propriedade da Igreja. No período pós-Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), são evidentes os museus diocesanos, seguidos dos museus paroquiais, museus monásticos, museus conventuais, museus de institutos religiosos (por exemplo, os museus missionários), os

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

10

museus das confrarias e de outras instituições eclesiásticas, muitos dos quais criados com o objetivo de barrar a dispersão de seus bens (SANTA SÉ, 2001)⁴.

Esta ideia acerca da função pastoral dos museus da Igreja é retomada em diversos estudos, como o do pesquisador português André das Neves Afonso. Para Afonso, estas instituições corresponderiam a uma tipologia museológica específica, apesar de grande parte das iniciativas destes espaços ter replicado as experiências de museus de arte, tal como ocorrido em Portugal, assertiva que poderia, inclusive, ser expandida para o contexto brasileiro. Nesta mesma linha, o autor aponta uma diferença entre os conceitos de Museu de Arte Sacra e os Museus Eclesiásticos, os últimos geridos pela própria hierarquia da Igreja. Como aponta,

A frequente associação – ou mesmo sinonimização – entre os conceitos de museu eclesiástico e de museu de arte sacra surge, também, como uma falsa questão. A natureza do primeiro verifica-se sobretudo no plano tutelar (plano este que trará, pelo menos teoricamente, colossais implicações na definição da missão e objetivos do museu) e a do segundo diz sobretudo respeito à tipologia das coleções. Estes aspectos têm contribuído, no nosso entendimento, para o não desenvolvimento sustentado de um modelo museológico teórico e prático próprio que apenas pontualmente tem sido positivamente quebrado. [...] O museu eclesiástico, enquanto instituição de tutela eclesiástica, surge, assim, como um espaço onde se prolonga a ação da Igreja no mundo concreto, inserindo-se no contexto da sua missão. Assume, assim, uma clara função pastoral, associada à cultural, mas é, sobretudo, esta função pastoral que o diferencia das demais tipologias de museus e sobre a qual gravitam as tradicionais funções museológicas. (AFONSO, 2013: 87-88)

Ao abordar o caso brasileiro, desde o início do século XX verificou-se o surgimento de diversas instituições museológicas destinadas à preservação dos bens eclesiásticos. Estes espaços passaram a reunir importantes coleções de arte sacra, algumas delas mantidas próximas dos locais de culto para as quais foram criadas, acrescidas de outros acervos derivados de compras e doações. As gestões couberam tanto às próprias entidades da Igreja, como paróquias e dioceses, além das iniciativas de irmandades, confrarias e ordens terceiras, quanto ao poder público (Federação, Estados e Municípios) e entidades privadas. Dos 14

⁴ Indiferente da tipologia, os museus eclesiásticos, segundo o documento de 2001, assumem as seguintes funções: fazem parte integrante da missão da Igreja no tempo e no presente; testemunham a atividade da Igreja através do descobrimento das obras de arte voltadas para a catequese, o culto e a caridade; são um sinal do devir histórico e da continuidade da fé; representam uma síntese das múltiplas situações sociais e da vivência eclesial; estão destinadas ao desenvolvimento atual da obra de inculturação da fé; apresentam a beleza dos processos criativos humanos que tentam expressar a "glória de Deus" (SANTA SE, 2001).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

museus de arte sacra existentes no Estado de São Paulo⁵, por exemplo, sete são geridos exclusivamente pela Igreja em suas mais diversas esferas, um por entidade particular, três pelo poder público e três com gestão compartilhada entre a Igreja e o poder público (municipal ou estadual).

Porém, é expressivo observar que este crescimento não foi acompanhado de um programa museológico que respeitasse as especificidades dos conjuntos sacros, o que se reflete na falta de estudos sobre os acervos reunidos, ausência de recursos humanos adequados, edifício irregulares e sistemas de segurança e preservação frágeis. Aliado a isso, há a ausência de políticas de inventário, atividade essencial nas novas estratégias de preservação que, ao invés de tutelar apenas os bens excepcionais, buscam administrar os conjuntos culturais de maneira ampla e pluralista (AZEVEDO, 1987: 82).

Em linhas gerais, uma instituição museológica que se proponha a apresentar estes acervos deve levar sempre em conta que um bem cultural de caráter religioso encerra em si duas vertentes distintas: a percepção do católico que o olha com a vertente devocional e aquela de um elemento remanescente das dinâmicas culturais. Ao existirem conjuntamente, estas devem ser ponderadas em qualquer trabalho de preservação relacionado a estes tipos de bens, do inventário ao restauro, por exemplo. Seguindo esta linha, conforme o arqueólogo e historiador da arte italiano Salvatore Settis, o patrimônio cultural eclesiástico deve sempre ser abordado a partir de dois pontos de vista: “da un lato, la storia e le strategie della tutela dei beni culturali; dall’altro, la funzione specifica dei beni culturali della Chiesa nel presente e, quel che ancora più deve importarci, nel futuro” (SETTIS, 2009).

Os bens sacros congregam em si diferentes manifestações culturais que contam a história e a relação da comunidade para com o ambiente. Ao adentrar uma capela ou igreja paroquial, de associações religiosas leigas ou conventuais, e vislumbrando seus acervos, um duplo reconhecimento é criado, pautado tanto pela experiência estética quanto aquela de cunho religioso. Este nunca é o mesmo graças aos movimentos contínuos da memória, do tempo e da história. Tal construção, contudo, só é possível mediante a preservação de outros tipos de

⁵ Os referidos museus encontram-se nas cidades de São Paulo, Taubaté, São José dos Campos, Iguape, Aparecida, São João da Boa Vista, Campinas, São Sebastião, Santos, Itu, Mococa, Mogi Guaçu, Embu das Artes e Sorocaba. Alguns encontram-se abertos e outros fechados ou em fase de reestruturação.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

conjuntos, tais como os arquivísticos, capazes de fornecer dados essenciais para outras leituras (autoria, cronologia e contexto, por exemplo).

Presentes na forma de imaginária sacra, alfaias litúrgicas, pratarias, têxteis, mobiliários, documentos manuscritos e impressos, fotografias, pinturas, jornais e periódicos, entre outros, estes bens culturais dialogam não só com a história do catolicismo em um local ou região, mas com a história do Brasil de um modo geral. Entretanto, visto o desconhecimento de alguns grupos, grande parte destes acervos acabou se perdendo, sendo necessárias ações que resgatem e recuperem a memória e a cultura religiosa das populações. Além disso, tais atividades são importantes para que estes conjuntos que documentam a história da Igreja permaneçam protegidos e valorizados junto aos seus locais de origem, já que a pressão despertada pela sociedade de consumo transformou-os em objetos comerciais, passíveis de furtos e sinistros. Desta forma, os Museus de Arte Sacra, sobretudo os amparados pela própria Igreja, correspondem a espaços privilegiados na salvaguarda do que restou deste amplo conjunto de bens, onde é possível manter um discurso curatorial que supere o valor dado apenas aos critérios artísticos de seleção das obras ou mesmo aos valores monográficos, historicista e descritivo dos materiais, estruturas e formas (ROQUE, 2011: 83).

Como as diretrizes deixam claro, um Museu de Arte Sacra Eclesiástico, isto é, de responsabilidade da Igreja em determinada circunscrição, com tudo o que contém, está intimamente unido à vivência eclesial, visto que registra de modo visível o percurso da Igreja ao longo dos séculos no que diz respeito ao culto, à catequese, à cultura e à caridade. Sua função é documentar, de forma técnica, o desenvolvimento da vida cultural e religiosa, para além do gênio do homem, com o fim de garantir o presente. Conseqüentemente, não se pode compreendê-lo em sentido "absoluto", isto é, separado do conjunto das atividades pastorais, mas sim enquadrado e em relação com a totalidade da vida eclesial e com referência ao patrimônio de cada nação e cultura. (SANTA SÉ, 2001).

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, André das Neves. "Os Museus Eclesiásticos e a sua função pastoral: Obstáculos e necessidades no Patriarcado de Lisboa". **Revista Vox Musei: arte e património**. Vol. 1 (1), 2013, pp. 86-100.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

_____. **Museus da Igreja:** missão pastoral e cultural. Lisboa: Paulus Editora, 2015.

BERTO, João Paulo. “As especificidades das Bibliotecas e Arquivos eclesiais no Brasil: apontamentos históricos para uma política de gestão integrada”. **História e-História**, Campinas, SP: Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa e Arqueologia Histórica da UNICAMP, março de 2012. Acesso em 19 de setembro de 2013 e disponível em http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=429#_ednref7.

BRASIL. **Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010.**

CARTA PASTORAL do Episcopado Mineiro ao clero e aos fiéis de suas dioceses sobre o patrimônio artístico. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926.

CAVALLINI, Gabriele. “Le istanze del Museo Diocesano: natura, finalità, modalità. Un modello da seguire anche a crema?”. Acesso em 29 out. 2016 de http://www.comune.crema.cr.it/sites/default/files/web/File/FDMuseo/Insula_Fulcheria/2007/12-B-G.Cavallini-Le_istanze_del_museo_diocesano_un_modello_d.pdf.

CNBB. Documento-base sobre arte sacra. **Comunicado Mensal**, n. 227, Brasília, 1971.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. “Princípios e Orientações sobre os Bens Culturais da Igreja”. 2005. Acesso em 20 out. 2015 em http://www.edms.pt/data/_uploaded/file/documentos/CEP2005BensCulturais.pdf.

JOÃO PAULO II. “Discurso à Assembleia Plenária da Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja”. 31 mar. 2000. Acesso em 14 set. 2011. de http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/speeches/2000/jan-mar/documents/hf_jp-ii_spe_20000331_cultural-heritage_po.html.

PEREIRA, Joana. **Do Projecto de Inventário do Património Religioso ao objectivo de criação de um museu na Diocese da Guarda - diagnóstico e proposta base para a sua programação museológica, ao nível do acervo.** Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Nova de Lisboa. Volumes I e II. Lisboa, 2013.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. “A exposição do sagrado no museu”. **Comunicação & Cultura**, n.º 11, 2011, pp. 129-146.

_____. “Entre o Sagrado e o Profano: práticas museológicas de iniciativa eclesial”. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 43, pp 67-89, 2011.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

SANTA SÉ. Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja. “Carta Circular sobre Inventário dos Bens Culturais dos Institutos de Vida Consagrada e das Sociedades de Vida Apostólica: Algumas Orientações Práticas”. 15 set. 2006. Acesso em 20 jun. 2015 de http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_20060915_inventariazione_it.html

_____. “Carta Circular sobre a Função Pastoral dos Museus Eclesiásticos”. 15 ago. 2011. Acesso em 20 jun. 2015 de http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19970202_archivi-ecclesiastici_it.html

_____. “Lettera Circolare sulla Necessità e Urgenza dell'inventariazione e Catalogazione dei Beni Culturali della Chiesa”. 08 dez. 1999. Acesso em 20 jun. 2015 de http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_commissions/pcchc/documents/rc_com_pcchc_19991208_catalogazione-beni-culturali_it.html

SETTIS, Salvatore. “Discurso per il Ventennale della Pontificia Commissione per i Beni Culturali della Chiesa”. 26 nov. 2009. Acesso em 10 jul. 2015 de <http://www.cultura.va/content/dam/cultura/docs/pdf/beniculturali/SettisITA.pdf>